



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

YAIRA VÍRNIA SOUZA NASCIMENTO

**ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE
VÍTIMA NO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL**

SERRA TALHADA - PE

2022

YAIRA VÍRNIA SOUZA NASCIMENTO

**ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE
VÍTIMA NO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Licenciado(a) em Letras.

Orientador(a): Maria de Fátima Silva dos Santos

SERRA TALHADA - PE

2022

ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE VÍTIMA NO GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL

Yaira Vírnia Souza NASCIMENTO¹
Maria de Fátima Silva dos SANTOS²

RESUMO

Esta pesquisa trata do tema da representação discursiva em textos de sentenças judiciais. Os principais objetivos do estudo são: 1) Explicar a relação entre as representações discursivas da mulher enquanto vítima e o ponto de vista do enunciador, em função da orientação argumentativa do texto; 2) Examinar o papel das representações discursivas na composição das sequências textuais do gênero sentença judicial, tendo em vista descrever a ação sociodiscursiva visada pelo enunciador: acusar, denunciar, instruir na formação da culpa, dentre outros. Para tanto, a metodologia prevê um aprofundamento do tema, com foco no campo conceitual em que buscaremos situar a noção de representação discursiva, atentando-se, particularmente, para sua abordagem voltada para a construção dos sentidos pretendidos nos textos analisados. Para a construção das representações discursivas, selecionamos as categorias teóricas referenciação, predicação e localização. O estudo insere-se no âmbito teórico geral da Linguística de Texto, mais especificamente, na Análise Textual dos Discursos (ATD), proposta por Adam (2011). Inserida no paradigma qualitativo de caráter descritivo, trata-se de uma pesquisa documental, cujo *corpus* é constituído por uma sentença judicial relacionada a crimes de violência contra a mulher, no caso em questão, a um crime de estupro.

Palavras-chave: Análise textual dos Discursos; Predicação; Referenciação; Representação discursiva; Sentença judicial.

ABSTRACT

This research deals with the theme of discursive representation in texts of judicial sentences. The main objectives of the study are: 1) To explain the relationship between the discursive representations of women as victims and the point of view of the enunciator, depending on the argumentative orientation of the text; 2) Examine the role of discursive representations in the composition of textual sequences of the judicial sentence genre, with a view to describing the socio-discursive action aimed at by the enunciator: accusing, denouncing, instructing in the formation of guilt, among others. For that, the

¹ Graduanda em Letras; Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/UAST, Serra Talhada - PE, e-mail: yairavsf@gmail.com.

² Doutora em Estudos da Linguagem; Departamento de Letras, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/UAST, Serra Talhada - PE, e-mail: santosfatima382@gmail.com.

methodology foresees a deepening of the theme, focusing on the conceptual field in which we will seek to situate the notion of discursive representation, paying particular attention to its approach focused on the construction of the intended meanings in the analyzed texts. For the construction of discursive representations, we selected the theoretical categories referencing, predication and location. The study is part of the general theoretical scope of Text Linguistics, more specifically, Textual Discourse Analysis (TDA), proposed by Adam (2011). Inserted in the qualitative paradigm of descriptive character, this is a documentary research, whose corpus is constituted by a judicial sentence related to crimes of violence against women, in the case in question, to a crime of rape.

Keywords: Textual analysis of Discourses; Predication; Referencing; Discursive representation; Judicial sentence.

INTRODUÇÃO

Discutimos neste artigo aspectos relativos às representações discursivas da violência contra a mulher. Partimos do pressuposto de que a construção de uma representação discursiva revela a intencionalidade do escritor e orienta o leitor na construção dos sentidos pretendidos no texto. A intencionalidade refere-se à forma como os sujeitos utilizam a linguagem para influenciar no comportamento do outro, ou seja, para cumprir um determinado propósito comunicativo.

Nossa hipótese é que as escolhas linguísticas utilizadas para construir uma determinada imagem, no caso, a imagem de vítima e, por extensão semântica, as imagens da violência contra a mulher, são feitas em função de um determinado propósito argumentativo, de acordo com as intenções do enunciador (sua visada discursiva) – defender(-se) e/ou acusar, incriminar.

Os objetivos da pesquisa são: i) analisar a relação entre as representações discursivas da mulher enquanto vítima e o ponto de vista do enunciador, em função da orientação argumentativa do texto; ii) descrever o papel das representações discursivas de vítima na composição das sequências textuais do gênero sentença judicial, tendo em vista descrever a ação sociodiscursiva visada pelo enunciador: acusar, denunciar, instruir na formação da culpa, dentre outros

A violência praticada contra a mulher tem-se apresentado nos mais diversos espaços e dimensões da sociedade, mas a que ocorre no âmbito da conjugalidade ganha perfil mais complexo, pois se imbrica numa teia de prazer, amor, medo, vergonha e poder. De acordo com Queiroz (2008), esse emaranhado ganhou visibilidade e começou a ser explicado pelas pesquisas que tem se ocupado dessa temática, relacionando suas análises com a discussão do poder, do patriarcado e das relações sociais de gênero. Apesar de a violência contra a mulher ocorrer com maior incidência no espaço doméstico e o agressor ser, geralmente, o parceiro da relação conjugal, isso não lhe retira o caráter político e, portanto, público, devendo ser enfrentada mediante a formulação de políticas públicas de prevenção e punição contra esse tipo de violência.

Pioneira no Brasil e no mundo, São Paulo foi a primeira cidade brasileira a ter uma delegacia especializada para mulheres. A implantação dessas delegacias, conforme nos informa Oliveira (2004, p. 3), tornou-se “[...] uma das faces mais visíveis da politização da justiça na garantia dos direitos da mulher e uma forma de pressionar o sistema de justiça na criminalização de assuntos tidos como questões privadas”. Desse modo, a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) constitui-se como um instrumento de defesa para muitas

mulheres que sofrem situações violentas. Isso pode ser observado nas diversas práticas discursivas que ali acontecem.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, apresentamos o estado da arte com a descrição de alguns trabalhos que versam sobre a violência contra a mulher e na sequência, descrevemos trabalhos que abordam a representação discursiva em textos de gêneros diversos. Dando continuidade, fazemos uma breve abordagem das categorias teóricas referência, predicação e localização. Em seguida, apresentamos a metodologia do trabalho, com a abordagem da pesquisa e a descrição dos procedimentos utilizados na análise. Por fim, apresentamos os resultados, seguido das considerações finais e das referências bibliográficas.

1 O ESTADO DA ARTE

1.1 A violência contra a mulher

Entre os temas que têm ocupado o centro das reflexões sobre a violência, a questão da violência contra a mulher tem sido um dos mais recorrentes e instigantes nas pesquisas de diversos estudiosos. A título de exemplo, mencionamos os trabalhos de Pasinato (2003) e Oliveira (2004).

Em sua tese de doutorado “Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero”, Pasinato (2003) realizou uma pesquisa para conhecer e avaliar o impacto das mudanças implantadas pela Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, em sua aplicação aos casos de violência contra a mulher. A pesquisadora analisou os registros policiais realizados em três delegacias de defesa da mulher, localizadas no Município de São Paulo, entre os anos de 1996 a 1999, especialmente, os casos de violência que envolveu relações conjugais e de namoro, destacando-se aqueles em que houve mais de um registro de ocorrência pela mesma vítima, contra o mesmo autor.

A pesquisadora focalizou a análise no comportamento das mulheres, assumindo que esse comportamento que se repete expressa o modo como elas incorporam em seu cotidiano um discurso sobre direitos. Para a autora, esse discurso não é assimilado de forma idêntica por todas, tendo em vista que assume nuances de classe social, etnia e faixa etária. Ao analisar as idas e vindas dessas mulheres que registraram mais de uma ocorrência nas delegacias, Pasinato (2003) argumenta que a decisão de recorrer à polícia e a capacidade legal de manifestação no decorrer do processo revelam um modo de exercício do poder exercido pelas mulheres. Com isso, a autora evidencia que o novo modelo alternativo à justiça tradicional e convencional corresponde às expectativas de algumas mulheres vítimas de violência, além de revelar um

outro tipo de vínculo entre gênero, conflitos e Justiça, através dos quais as mulheres se apropriam de discursos sobre direitos e violência – próprios da esfera policial-judicial, para conferir legitimidade às decisões que procuram obter.

A autora afirma, ainda, que a decisão das mulheres em procurar a polícia e, posteriormente, em manter ou não a queixa perante a justiça, representa uma forma de exercício de poder dessas mulheres, revelando também que elas não pactuam com o lugar de vítimas passivas da violência. Nessa ótica, o direito de representação deve ser entendido como a capacidade legal para intervir no desenrolar dos acontecimentos, elemento fundamental para o exercício da liberdade e autodeterminação.

Para Pasinato (2003), a aplicação da lei 9099/95 vem sendo diagnosticada como fator de discriminação e reprivatização da violência contra a mulher. Isso porque as decisões obtidas nos Juizados apontavam para a privatização do conflito, assim como a ausência de respostas judiciais reforçava a velha concepção de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Contudo, contrariando essa concepção, a autora observa que o período de implantação dos Juizados coincidiu com o crescimento no número de registros policiais registrados nas delegacias especializadas, sugerindo que delegacias e juizados se constituíram em importantes espaços de “fortalecimento” das mulheres em situações de violência.

Em artigo intitulado “Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual”, Oliveira (2004), por sua vez, aborda a violência contra a mulher na perspectiva de gênero. A autora focalizou parte relevante do sistema – o Juizado Especial Criminal, chamado de “justiça informal” –, no sentido de entender como o procedimento jurídico implantado com a Lei 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais influencia no modo como a justiça trata a questão da violência de gênero, particularmente a agressão contra a mulher na relação conjugal.

Conforme observações de Oliveira (2004), a Lei 9.099/95 introduziu mudanças no ordenamento jurídico brasileiro seguindo o movimento de ampliação do acesso à justiça para a população, por meio da implantação da desburocratização, conciliação e aplicação de penas alternativas para os crimes de menor potencial ofensivo. A autora informa que os modelos de resolução de conflitos baseados na conciliação vêm conquistando um interesse cada vez maior no contexto jurídico brasileiro contemporâneo e o juizado especial civil e criminal é, precisamente, o exemplo mais evidente da forma como esse interesse foi institucionalizado. Na pesquisa, Oliveira (2004) analisa o modo como essa conciliação, mínima intervenção penal, abolicionismo penal ou despenalização, que sustenta os juizados, foi recepcionada pela justiça brasileira e os efeitos que vem produzindo no julgamento da violência de gênero.

Oliveira toma como base o Juizado Especial Criminal (JECrim) e a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Ela defende a ideia de que há uma mudança dos significados do crime e de seus sujeitos no fluxo da justiça – da DDM ao JECrim – quando a violência de gênero está em jogo, de acordo com a lógica própria de cada uma dessas instituições. Segundo essa autora, enquanto a DDM politizou a justiça – pois é fruto de movimentos políticos de reivindicações feministas – no sentido de criminalização da violência contra a mulher, possibilitando a entrada desse conflito no sistema de justiça, o JECrim tornou o conflito invisível no Judiciário, reprivatizando-o.

De acordo com Oliveira (2004), a informalização dos procedimentos judiciais, a partir da Lei 9.099/95, criada com o intuito de maximizar a eficiência e, sobretudo, ampliar o acesso à justiça, acabou por despolitizar o esforço do movimento social em tornar visível o abuso cometido contra mulheres pelo simples fato de serem mulheres. De um lado, as delegacias de defesa da mulher, criadas nos anos 80, foram uma das faces mais visíveis da politização da justiça na garantia dos direitos da mulher e uma forma de pressionar o sistema de justiça na criminalização de assuntos tidos como questões privadas. Por outro lado, a criação dos Juizados Especiais Criminais permitiu a chegada desse conflito ao Judiciário, pois muitas das vezes não transpunham a etapa policial. Contudo, ao acelerar a retirada dos conflitos considerados de “menor potencial ofensivo” do âmbito penal, acabou por tornar invisível a violência de gênero.

Conforme enfatiza a pesquisadora, embora a criação da lei intencionasse mudar o sistema de justiça no sentido de ampliar o acesso da população à justiça, a invisibilização do conflito de gênero foi uma consequência inesperada. Para ela, o problema não está na informalização provocada pela Lei 9.099/95, mas, sobretudo, em uma informalização que, na prática, acabou por enfatizar apenas a celeridade, reforçando e contribuindo para a permanência das desigualdades de poder nas relações de gênero.

Na concepção de Oliveira, a categoria gênero recorta a sociedade a partir dos papéis sexuais socialmente definidos e implica, sobretudo, na recusa de qualquer resquício de determinação biológica ou natural dessa dominação, reconhecendo a configuração histórica e cultural, portanto, política, das relações entre os sexos. Esse entendimento torna possível analisar a permanência dos significados da violência de gênero no fluxo processual como práticas de violência contra a mulher na sociedade. Por isso, Oliveira opta pela definição de violência de gênero, pois, segundo ela, no termo “gênero” estão implícitas a noção relacional e de assimetria de poder numa relação.

1.2 Representações discursivas

Na tese, “Representações discursivas sobre Lampião e seu bando em notícias de jornais mossoroenses (1927): ‘o mais audaz e miserável de todos os bandidos’ e seu ‘grupo de asseclas’”. Um trabalho documental, de caráter descritivo-interpretativo, Silva (2016) investiga a construção de representações discursivas de Lampião e seu bando de cangaceiros em um corpus constituído por textos de notícias publicadas em jornais mossoroenses na década de vinte, do século passado. Além de identificar e mapear os mecanismos linguístico-textuais responsáveis para a construção das representações discursivas, descreve, analisa e interpreta esse processo de construção das Rd de Lampião e seu bando. Para tanto, o autor usa as categorias teóricas da referenciação, predicação, modificação, localização, conexão e analogia.

No tocante à referenciação, Silva (2016) identifica tanto as Rd construídas para Lampião quanto para os cangaceiros do bando de Lampião; no que concerne às representações discursivas projetadas ao Lampião são de “bandido”, “chefe de cangaceiros”, subornador e derrotado; para seu bando, estas são as Rd encontradas por Silva, “grupo”, “bando”, “bandidos”, “companheiros”, “matilha sanguinária”, “bandoleiros”, “cangaceiros”, “facínoras”, “horda assaltante”, “feras” e “selvagens”.

Na categoria predicação, o autor observa que a ocorrência e a recorrência de verbos deacionais, conjugados na terceira pessoa do singular e do plural, no pretérito do indicativo apontam para situações efetivadas. Destacando que os usos desses verbos empreitam uma cadeia semântica de ações criminosas e violentas. Em que seus modificadores (outra categoria analisada pelo autor), corroboram para construir uma imagem depreciativa tanto de Lampião como de seu bando, explicando que os verbos são modificados por termos circunstanciais. Ou seja, termos com valor circunstancial de modo, causa e negação. Silva (2016) chama a atenção para esta última classificação adverbial, a ocorrência do advérbio de negação, destaca o autor, vem negar qualquer ato heroico que o cangaceiro e os seus companheiros tenham praticado.

Para a categoria localização, Silva (2016) observa a correlação entre espaço e tempo, mas analisa-os separadamente. Assim destaca que os espaços encontrados em seu *corpus* foram diversos (“esta cidade”, “as trincheiras”, “Apodi” e “Limoeiro”), no entanto o espaço recorrente dentro das notícias é a cidade de “Mossoró”. Os marcadores de tempo são expressos por advérbios e locuções adverbiais de tempo e por expressões de valores numéricos.

Concernente à conexão, isto é, aos elementos responsáveis pela conexão entre proposições, os conectores encontrados no texto são representados pelas conjunções, expressões de valor adverbial e pronominal. Por fim, em sua última categoria analisada, a

analogia ou comparação, Silva (2016) diz essas relações ocorrem por meios de metáforas, em que os cangaceiros são comprados a feras e selvagens.

No artigo, “Povo brasileiro: representações discursivas no discurso da presidenta Dilma Rousseff”, Almeida e Queiroz (2016) corroboram com Silva (2016) em duas categorias símile (a referenciação e a predicação), e fazem uso, também, da categoria aspectualização. Nesse trabalho, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e interpretativo, buscam analisar a construção das representações discursivas do objeto-de-discurso “povo brasileiro” no discurso da presidenta Dilma Rousseff. Cujos *corpus* de análise é o discurso proferido sobre a copa do mundo em 2014, materializado no site oficial do planalto no mesmo do discurso.

As autoras, para as categorias referenciação e aspectualização, dizem que os referentes do objeto de discurso são tematizados e retematizados dentro do texto como, “nosso povo”, “povo brasileiro”, “cada um”, “cada uma”, “país”, “Brasil”, “nós”, “população”. Em que todos são aspectualizados com suas qualidades. Quanto à predicação, Almeida e Queiroz (2016), selecionam e destacam as locuções verbais e os verbos acionais. Com relação a esses verbos, elas encontraram três verbos na terceira pessoa do singular, para o referente “os brasileiros”; nove na primeira pessoa do plural, sendo quatro de ação e cinco de estado, e três verbos na terceira pessoa do plural, para o referente “povo brasileiro”.

No artigo intitulado “‘Voltarei. O povo me absolverá...’: a construção de um discurso político de renúncia”, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) analisam a construção de sentidos no texto do discurso de renúncia do ex-deputado federal Severino Cavalcante, proferido em 21 de setembro de 2005. Os autores focalizam, em suas análises, três níveis de organização textual: o nível da responsabilidade enunciativa, o nível da estruturação sequencial-composicional do exórdio e da narrativa inicial do discurso e, por fim, o nível semântico do texto. Para a análise da representação discursiva do “sertanejo”, os autores lançam mão de cinco categorias semânticas: referenciação, predicação, aspectualização, relação e localização.

Para Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 176), as representações discursivas que Severino Cavalcante propõe para si, em seu discurso de renúncia, é complexa: “[...] homem sertanejo e religioso, comerciante que sacrificou sua prosperidade à política, filho, esposo, pai, político vocacionado e bem-sucedido, presidente da Câmara que lutou contra o executivo, beneficiando a população etc.”. Para os autores, essas imagens que o deputado constrói de si se conectam a outras representações mais específicas, mais pontuais, e citam como exemplo a infância pobre vivenciada por Severino no Nordeste e a experiência que ele vivenciou no Poder Executivo.

Os autores observaram que as representações discursivas de Severino Cavalcante como “Sertanejo” concentram-se em três momentos do texto de renúncia: no primeiro momento, em que o deputado apresenta uma breve história de vida, ele constrói uma imagem de homem e político pobre, porém íntegro. Para tanto, apela para uma imagem da literatura brasileira ao citar a frase de Euclides da Cunha “O sertanejo é antes de tudo um forte”, que evoca em nossa memória discursiva diversas representações, dentre as quais: a força, a coragem e a resistência do sertanejo. No segundo momento, Severino retoma, em sua narrativa, o período de sua infância, no qual ele assimila a sua imagem de sertanejo/deputado à infância pobre vivenciada no Nordeste: lugar onde nasceu e cresceu entre os pobres, “[...] na terra onde **as crianças**, desde cedo, **são sertanejos fortes**, pois já experimentaram de tudo [...]”. Finalmente, no terceiro momento, Severino complementa a sua imagem de “sertanejo forte” ao comparar-se a um “velho carvalho no agreste” que apesar de fustigado pelo vento e tempestades continua determinado a não recuar diante das dificuldades.

2. AS CATEGORIAS TEÓRICAS DE CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS

2.1 Referenciação

A categoria referenciação é um conceito desenvolvido pela Linguística de Texto (Koch, 2011; Koch e Elias, 2009; Cavalcante, 2011, dentre outros). Para abordarmos o conceito de referenciação, acreditamos ser necessário iniciarmos com a apresentação do que se entende por *referente*.

Segundo Cavalcante (2011, p. 15), “[...] referentes são entidades que construímos mentalmente quando enunciamos um texto. São realidades abstratas, portanto, imateriais”. Contudo, a autora ressalta que os referentes não são significados, muito embora reconheça que não é possível falar de referência sem recorrer aos traços de significação. Observe-se o exemplo a seguir, retirado de nosso *corpus*:

“[...] foi possível observar **o suspeito** com **a vítima**, ambos subindo para o camarim do café de Lá Musique às 22h25min. **Os dois** permaneceram no local aproximadamente 6 minutos, **a vítima** sai do local às 22h31min26 sec., desacompanhada, em seguida às 22h31min47 sec., **o suspeito** deixa o camarim (fls. 828 e 820)”.

Podemos perceber, no exemplo apresentado, a presença de dois referentes, ou seja, dois objetos de discurso: **o suspeito** e **a vítima**, no caso, o suposto criminoso. Discursivamente,

esses objetos foram tematizados, e, na proporção em que o texto foi progredindo, esses objetos foram retematizados de acordo com as intenções dos enunciadores e co-enunciadores. Portanto, a referenciação é uma atividade construída “no” e “pelo” discurso.

Para Cavalcante (2011), o modo como o enunciador e seus possíveis interlocutores constroem a representação dos referentes (objetos de discurso) em suas mentes nunca é a mesma em qualquer situação efetiva de comunicação.

O ato de referir é sempre uma ação conjunta [...]. É na interação, mediada pelo outro, e na integração de nossas práticas de linguagem com nossas vivências socioculturais que construímos uma representação – sempre instável – dessas entidades a que se denominam referentes. (CAVALCANTE, 2011, p. 15-16).

Por sua vez, Koch e Elias (2009) concebem a referenciação como o resultado de um processamento estratégico dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre sujeitos sociais atuantes, capaz de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. Essa perspectiva é assinalada pela substituição do termo referência por referenciação, visto que passam a ser objetos de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o mundo real, mas são interativa e discursivamente construídos em meio às práticas sociais, ou seja, são objetos-de-discursos.

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva, em que “O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, procedendo a escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido” (KOCH, 2014, p. 33). Nesta perspectiva, as formas de referenciação e de construção dos objetos de discurso são escolhas (estratégicas) do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer dizer.

2.2 Predicação

A predicação verbal é uma operação que remete, segundo Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 175), “[...] tanto à operação de seleção dos predicados, no sentido amplo (ações, estados, mudanças de estado etc.), como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado”. Observe-se o exemplo, logo adiante, retirado de nosso *corpus*:

“[...] o denunciado [Nome do denunciado] **manteve conjunção carnal com a vítima** [Nome da vítima], que **não possuía condições de oferecer resistência** ao ato. [...] ciente de que [Nome da vítima] **era incapaz de oferecer resistência**, haja vista que, por volta das 20h, em circunstâncias que serão esclarecidas no decorrer da instrução criminal, **foi-lhe ministrada substância que alterou seu discernimento**, o denunciado [Nome do denunciado], com o objetivo de **satisfazer sua concupiscência, conduziu a vítima** ao camarote número 403 [...], local em que **manteve com a ofendida relação sexual não consensual**, da qual resultou em ruptura himenal”.

Com relação ao papel que os verbos desempenham em um enunciado, Neves (2006) afirma que além de assumirem uma posição central numa estrutura predicativa, são responsáveis pelo acionamento de uma estrutura argumentativa, podendo indicar as seguintes funções: ação (função de sujeito agente), processo (sujeito afetado ou experimentador), ação-processo (sujeito agente/causativo e sujeito afetado/efetuado), e estado (sujeito neutro ou inativo).

A esse respeito, Perine (2010, p. 135) argumenta que, “Quando conhecemos o verbo de uma oração – isto é, seu significado e os complementos com que ele co-ocorre – podemos determinar boa parte da estrutura das orações em que ele figura”. Cita como exemplo o verbo *confiar*: a presença desse verbo em uma oração prever que haverá um sujeito com o papel temático de Experienciador³; que por sua vez, exige um complemento governado pela preposição *em*, com o papel de Causador de experiência.

Papel temático é a relação semântica que existe entre o verbo e os diversos sintagmas que co-ocorrem com ele na oração (PERINE, 2010). Em outras palavras, o papel temático diz respeito à “[...] relação de significado que liga uma palavra que exprime ação, estado ou evento (muitas vezes um verbo, mas nem sempre) com as unidades que exprimem os participantes dessa ação, estado ou evento” (PERINE, 2006, p. 121).

2.3 Localização

Segundo Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), a localização indica as circunstâncias espaço temporal nas quais se desenvolvem os processos e os participantes. Veja-se essa ocorrência no exemplo a seguir, retirado de nosso *corpus*:

³ Os papéis temáticos “[...] experienciador/causador de experiência se vinculam a verbos de significado sensorial ou emocional” (PERINE, 2010, p. 125).

“[...] **por volta das 20h**, [...], o denunciado [Nome do denunciado], com o objetivo de satisfazer sua concupiscência, **conduziu a vítima ao camarote número 403 situado no segundo piso do estabelecimento**, cujo acesso era restrito ao público comum, **local em que manteve com a ofendida relação sexual não consensual**, da qual resultou em ruptura himenal”.

Com relação às circunstâncias espaço/tempo em que se desenvolvem as ações e os processos dos participantes, Charaudeau (2012) destaca como procedimento de análise a acumulação de detalhes e de precisões de tipo factual sobre as maneiras de ser e de fazer, geralmente utilizados com o objetivo de produzir um efeito de coerência realista. Observe-se que no exemplo apresentado, o enunciador destaca com precisão de detalhes o local em que o delito, destacando que o acesso ao local “era restrito ao público comum”, favorecendo a prática do delito cometido.

3. METODOLOGIA

3.1 Abordagem da pesquisa

O nosso objetivo, neste trabalho, é analisar as representações discursivas da mulher na condição de vítima em uma sentença judicial. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, por considerar que esse tipo de pesquisa busca “[...] descrever/classificar características de uma situação e estabelece conexão entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto e os fatos coletados” (CHAROUX, 2004, p. 39).

Assim, acreditamos que a utilização de uma abordagem qualitativa nos possibilitará uma exploração pormenorizada dos dados a serem analisados, bem como a interpretação de como se processa e se constrói o fenômeno aqui estudado. Com efeito, o estudo qualitativo é um estudo exploratório em que se aborda uma temática a respeito da qual pouco se escreveu ou se estudou. Para tanto, é necessário que se faça um recorte epistemológico, a saber, delimitar o tempo e o espaço da pesquisa, delimitar o objeto de estudo, fazer a revisão da literatura e a coleta de dados, entre outros (OLIVEIRA, 2008).

Com relação à pesquisa documental, Gil (2002, p. 45) afirma que “A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica”. Para esse autor, o que as diferenciam é a natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

Esse autor informa, ainda, que a pesquisa documental segue basicamente o mesmo desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. Contudo, observa que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo, por material impresso disponível geralmente nas bibliotecas, na pesquisa documental as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Isso porque há os documentos de “primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, a exemplo da sentença judicial, dentre vários outros.

3.2 Etapas e procedimentos de análise

O tratamento dos dados obedeceu aos seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica da literatura disponível sobre a noção semântica da representação discursiva e sobre o gênero textual sentença judicial;
- Coleta e seleção do *corpus* para constituir o banco de dados da pesquisa e que apresentava, em seu conteúdo, material necessário para a investigação do processo de construção da representação discursiva da vítima nos textos selecionados;
- Transcrição dos textos dividindo-os em parágrafos, de modo a sinalizar os exemplos que foram utilizados no trabalho, para facilitar a compreensão e interpretação dos dados analisados;
- Levantamento das categorias semânticas das Rds que serviram como instrumentos de análise das representações discursivas da vítima no gênero abordado;
- Para proceder à análise, por questões éticas, fizemos o apagamento de qualquer marca que possa identificar os sujeitos envolvidos e citados na sentença. Esse apagamento foi feito pela substituição dos nomes dos sujeitos pela expressão entre colchetes “[Nome da vítima]”, “[Nome do denunciado]”, “[Nome da Boate]” e assim por diante;
- Por fim, a descrição e análise das representações discursivas de vítima construídas no texto da sentença.

4. REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE VÍTIMA NA SENTENÇA JUDICIAL

Para a análise das representações discursivas de vítima foram selecionados os enunciados com as expressões lexicais que referenciam a mulher na condição de vítima.

A referenciação

A referenciação é concebida como o resultado de um processamento estratégico dinâmico, que se estabelece no quadro das interações entre sujeitos sociais atuantes, capaz de se transformar no curso do desenvolvimento do discurso, de acordos com as intenções dos sujeitos em interação.

De acordo com o que nos informa Koch (2014, p. 33), a referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva, em que “O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, procedendo a escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido” (KOCH, 2014, p. 33). Nesta perspectiva, as formas de referenciação e de construção dos objetos de discurso são escolhas (estratégicas) do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer dizer. Vejamos o fragmento de texto a seguir, retirado de nosso *corpus*:

No dia 15 de dezembro de 2018, entre as 22h25min e 22hh31min, [...] **o denunciado** [Nome do denunciado] manteve conjunção carnal com **a vítima** [Nome da vítima], que não possuía condições de oferecer resistência ao ato. [...]

Emerge do caderno investigativo que a este serve de base que, na data assinalada, [...] **o denunciado** conheceu **a ofendida**, a qual prestava serviço de embaixadora para a referida casa de festas.

Sem memória do ocorrido em virtude da substância involuntariamente ingerida, a qual visibilizou a ocorrência do crime, **a vítima** apenas se conscientizou dos fatos em sua residência, onde constatou a presença de sangue e sêmen em sua roupa íntima.

Nesse exemplo, destacamos a presença de dois referentes, ou seja, dois objetos de discurso: **o denunciado e a vítima**. No exemplo apresentado, os referentes “a vítima” e “o denunciado” são introduzidos formalmente no texto pela primeira vez por um sintagma nominal (SN) que tem por determinante um artigo definido. O referente “a vítima” é retomado pelo termo “a ofendida”, enquanto o acusado recebe a denominação de “o denunciado” seguido de seu nome próprio.

A predicação

Nos enunciados a seguir, observamos que, em seu papel temático, o referente “vítima” é designado como paciente das ações descritas nos eventos expressos pelos verbos:

No dia 15 de dezembro de 2018, entre as 22h25min e 22hh31min, [...] o denunciado [Nome do denunciado] **manteve conjunção carnal com a vítima** [Nome da vítima], que **não possuía condições de oferecer resistência ao ato**.

Como podemos observar neste exemplo, a imagem dos referentes “o denunciado” e “a vítima” foi construída a partir das estruturas predicativas “manteve conjunção carnal com a vítima” e “não possuía condições de oferecer resistência ao ato”. O uso dessas predicções no texto do histórico da sentença funciona estrategicamente para construir a imagem de vítima: foi violentada sem que pudesse oferecer resistência ao ato sofrido.

Os localizadores

Os localizadores têm a função de indicar, no texto, as circunstâncias em que se desenvolveram os processos e os participantes na construção das representações discursivas.

Na sentença judicial, esses elementos aparecem logo no início do documento, no espaço reservado para identificar textualmente o processo, com identificação da jurisdição, vara, código numérico da identificação da sentença, como também, a identificação das partes litigantes, conforme se pode observar, nos exemplos a seguir:

No dia 15 de dezembro de 2018, entre as 22h25min e 22hh31min, no estabelecimento comercial [Nome do bar], **situado na avenida** [Nome da avenida], Posto 1B, [Nome do Bairro], nesta Cidade e Comarca, o denunciado [Nome do denunciado] **manteve conjunção carnal com a vítima** [Nome da vítima], que não possuía condições de oferecer resistência ao ato.

[...]

Assim foi que, **às 22h25min**, ciente de que a vítima era incapaz de oferecer resistência, **haja vista que, por volta das 20h, em circunstâncias que serão esclarecidas no decorrer da instrução criminal**, foi-lhe ministrada substância que alterou seu discernimento, o denunciado [Nome do denunciado], com o objetivo de satisfazer sua concupiscência, conduziu a vítima **ao camarote número 403, situado no segundo piso do estabelecimento, cujo acesso era restrito ao público comum, local em que manteve com a ofendida relação sexual não consensual**, da qual resultou em ruptura himenal.

Como se pode observar nos fragmentos apresentados, o local escolhido pelo denunciado é um local restrito ao público comum, o que facilitaria a prática abusiva por ele cometida contra a pessoa da vítima. O horário descrito “22h25min” é um importante localizador temporal que funciona para indicar com precisão o momento do ocorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, afirmamos que as escolhas linguísticas adequadas (os recursos lexicais como expressões referenciais, verbos, conectivos, expressões circunstanciais) são empregadas de modo estratégico e, em decorrência, estabelecem a orientação argumentativa do texto. Logo, as escolhas linguísticas não são aleatórias nem neutras, mas estão atreladas ao propósito da enunciação, aos interesses dos participantes no jogo interacional, revelando a intencionalidade do escritor e orientando argumentativamente para a construção dos sentidos pretendidos nos textos da sentença judicial.

Acreditamos que o objetivo deste estudo foi alcançado. Tínhamos como objetivo geral analisar a construção de representações discursivas de vítima em uma sentença judicial. Para tanto, selecionamos três categorias teóricas para a construção das representações discursivas: a referenciação, a predicação e a localização. Essas categorias atenderam aos nossos objetivos de pesquisa.

A categoria teórica da referenciação, além de nos mostrar os objetos de discurso sendo tematizados, retomados e retematizados ao longo do texto, nos possibilitou refletir sobre a mulher, vítima de estupro, descrita e representada no relatório da sentença como “vítima” e “a ofendida”. Na categoria predicação, percebemos que o uso de um verbo pode aumentar ou diminuir a intensidade de como o sentido é construído no texto, conforme os fatos são narrados: “foi-lhe ministrada substância que lhe alterou os sentidos”, “conduziu a vítima”, “manteve com a vítima relação sexual não consentida”. Quanto à localização, situa o agressor e a vítima no mesmo espaço (uma Boate), descreve com precisão onde, quando e como os fatos narrados aconteceram, situando os sujeitos em um espaço-tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, W. M.; QUEIROZ, M. E. Povo brasileiro: representações discursivas no discurso da presidenta Dilma Rousseff. **Diálogos das Letras**, Pau dos Ferros, v. 05, n. 01, p. 82-96, jan./jun. 2016.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SANTOS, Leonor Werneck dos. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. **Linguagem em discurso**, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, set./dez. 2012, p. 657-681.

CHAROUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia**: processos de produção, registro e relato do conhecimento. São Paulo: DVS Editora, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOCH, I. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 2003.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2020.

KOCH, I. V., & ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz?. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Marcela Beraldo de. **Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal**: significados da violência de gênero no fluxo processual. 2004. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.05.a02.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

PASINATO, Wânia. **Justiça para todos**: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. 376f. Tese (Doutorado em Sociologia) USP. São Paulo, 2003.

QUEIROZ, Maria Eliete. **Representações discursivas no discurso político**: “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPGEL, Natal, 2013.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró, RN: UERN, 2008.

RODRIGUES, M.; PASSEGUI, L. SILVA NETO, J. G (Orgs.). “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In.: ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, p. 150-195, 2010.

SILVA, A. A. **Representações discursivas sobre lampião e seu bando em notícias de jornais mossoroenses (1927)**: “o mais audaz e miserável de todos os bandidos” e o seu “grupo de asseclas”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPGEL, Natal, 2015.